



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n.º. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

## **LEI N.º. 1.169, DE 17 DE AGOSTO DE 2009**

Ver [Lei Municipal n.º. 1.257, de 26 de março de 2013 – Regimento Interno do PREVICAP](#);

Ver [Lei Municipal n.º. 1.414, de 20 de dezembro de 2021 – Regime de Previdência Complementar](#);

Ver [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#)

*Reestrutura o Regime Próprio de  
Previdência Social do Município de  
Caparaó, e dá outras providências.*

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Dalmo de Souza Miranda, Prefeito do Município de Caparaó - MG, sanciono a seguinte Lei:

### **TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei estabelece os princípios e as formas para funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos titulares de cargos efetivos e dos aposentados e pensionistas do Município de Caparaó - MG, cuja organização será baseada em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

**Art. 2º** Fica reestruturado nos termos desta Lei o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Caparaó, denominado de PREVICAP, vinculado a Secretaria Municipal de Administração, criado pela Lei n.º 1.013, de 06 de novembro de 2001, de acordo com os arts. 71 a 74 da [Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964](#), para garantir o plano de benefício do RPPS, observados os seguintes critérios:

- I - Realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço anual, bem como de auditoria, por entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando parâmetros gerais, para organização e revisão do plano de custeio e benefícios;
- II - Financiamento mediante recursos provenientes do município e das contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas titulares de cargos efetivos;
- III - Cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a seus respectivos dependentes, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios com Estados e Municípios;
- IV - Pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime, com participação de representantes e de servidores públicos, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;
- V - Registro individualizado das contribuições de cada servidor e dos órgãos da administração pública direta e das autarquias e fundações de qualquer dos Poderes do Município;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n°. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

VI - Identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo e pensionista, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos;

VII - Sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo;

VIII - Realização de recenseamento previdenciário, no mínimo a cada 5 (cinco) anos, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo regime;

IX - Disponibilização ao público, inclusive por meio de rede pública de transmissão de dados, informações atualizadas sobre receitas e despesas do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir seu equilíbrio financeiro e atuarial.

~~**Art. 3º** A finalidade do RPPS dos servidores públicos titulares de cargos efetivos e dos aposentados e pensionistas da Administração Municipal de Caparaó – MG é a de garantir os meios de subsistência necessários nos eventos de invalidez, doença, acidente em serviço, idade avançada, reclusão e morte e a proteção à maternidade e à família.~~

**Art. 3º** A finalidade do RPPS dos servidores públicos titulares de cargos efetivos e dos aposentados e pensionistas da Administração Municipal de Caparaó é a de garantir os meios de subsistência necessários nos eventos de invalidez, idade avançada e morte.

(Redação dada pela [Lei Complementar Municipal nº. 036, de 28 de julho de 2020](#))

§ 1º As contribuições do Município e dos servidores ativos, inativos e pensionistas e os recursos vinculados ao PREVICAP somente poderão ser utilizados para fins previdenciários, ressalvadas as despesas administrativas, fixadas em 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativamente ao exercício financeiro anterior.

§ 2º Os ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) como empregado, cujas leis e regulamentos ficam vinculados.

**Art. 4º** Na aplicação desta Lei serão observados, além de outros, os seguintes conceitos:

I - BENEFÍCIOS: compreendem as aposentadorias e as pensões, que se constituem nos direitos primordiais do segurado à previdência municipal, além dos demais previstos no art. 13 desta Lei;

II - SEGURADO: é a pessoa física, legalmente investida em cargo público de provimento efetivo municipal, inativo ou pensionista, em condições de usufruir os benefícios da previdência municipal;

III - DEPENDENTE: é a pessoa economicamente dependente do segurado que esteja habilitada no cadastro previdenciário, após preencher os requisitos legais, por solicitação do segurado e em condições de usufruir os benefícios da previdência municipal;

IV - BENEFICIÁRIO: compreende tanto o segurado quanto o dependente;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n°. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

V - INSCRIÇÃO: é o ato de habilitação, junto à previdência municipal, para usufruir os benefícios previdenciários;

VI - EMPREGADOR: são os órgãos da administração direta, as autarquias e fundações do Poder Executivo, bem como a Câmara Municipal;

## TÍTULO II DOS BENEFICIÁRIOS

### CAPÍTULO I DOS SEGURADOS

**Art. 5º** São segurados obrigatórios do Regime Próprio de que trata esta Lei o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas, bem como os aposentados nos cargos citados neste artigo.

§ 1º Fica excluído do disposto no *caput* o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado.

§ 2º Na hipótese de acumulação remunerada, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

§ 3º O segurado aposentado que vier a exercer mandato eletivo em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal filia-se ao RGPS na condição de exercente de mandato eletivo.

§ 4º O segurado exercente de mandato de vereador que ocupe, concomitantemente, o cargo efetivo e o mandato, filia-se ao RPPS pelo cargo efetivo e, ao RGPS, pelo mandato eletivo.

§ 5º O servidor estável abrangido pelo art. 19 do [Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#) e o admitido até 05 de outubro de 1988, que não tenham cumprido, naquela data, o tempo previsto para aquisição da estabilidade no serviço público, podem ser filiados ao regime próprio, desde que expressamente regidos pelo estatuto dos servidores do respectivo ente.

§ 6º O servidor de que trata o parágrafo anterior e que não esteja amparado pelo regime próprio é segurado obrigatório do RGPS.

**Art. 6º** Permanece filiado ao RPPS, na qualidade de segurado, o servidor ativo que estiver:

I - cedido para outro órgão ou entidade da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; e



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ**

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n.º. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

II - afastado ou licenciado, temporariamente, do cargo efetivo sem recebimento de subsídio ou remuneração do Município, independentemente de contribuição, até doze meses após a cessação das contribuições.

§ 1º O prazo a que se refere o inciso II será prorrogado por mais doze meses, caso o servidor tenha tempo de contribuição igual ou superior a cento e vinte meses.

§ 2º O segurado de que trata este artigo deverá proceder ao recolhimento da sua contribuição, bem como da integralidade da contribuição patronal.

**Art. 7º** O servidor efetivo requisitado da União, de Estado, do Distrito Federal ou de outro Município permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

## **CAPÍTULO II DOS DEPENDENTES**

**Art. 8º** Consideram-se dependentes do segurado para a obtenção dos benefícios previstos nesta Lei:

I - Classe I – o cônjuge, a companheira (o) e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos de idade ou inválido, que vivam sob a dependência econômica do segurado;

II - Classe II – os pais e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

§ 1º A dependência econômica das pessoas indicadas na Classe I é presumida e da Classe II deve ser comprovada.

§ 2º A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados no inciso subsequente.

§ 3º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§ 4º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

**Art. 9º** Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I do art. 8º, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

**Parágrafo único.** O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação do respectivo termo.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n°. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

## CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO DOS SEGURADOS E DOS DEPENDENTES

**Art. 10.** A inscrição do segurado obrigatório é automática e ocorre quando da investidura no cargo efetivo e a do dependente mediante requerimento.

**Art. 11.** A inscrição do dependente será efetuada mediante requerimento do segurado, na forma de regulamento próprio.

§ 1º Caso o segurado venha a falecer, o dependente não inscrito poderá requerer sua inscrição, na forma do regulamento.

§ 2º A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por inspeção médica.

§ 3º As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

§ 4º O segurado responderá pelas despesas acarretadas ao PREVICAP, oriundas de inscrição indevida de dependentes, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

**Art. 12.** A perda da qualidade de dependente ocorre:

I - para o cônjuge; por nulidade ou anulação de casamento, por separação judicial ou por divórcio, sem que lhe tenha sido assegurada a prestação de alimentos, ou se voluntariamente a dispensou;

II - para a (o) companheira (o), mediante solicitação do segurado, quando não mais existirem as condições inerentes a essa situação;

III - para os filhos, enteados, tutelados, pela emancipação ou ao completarem o limite máximo de idade;

IV - por óbito;

V - para o inválido, quando cessar a invalidez;

VI - quando cessar a dependência econômica;

VII - por perda da qualidade de segurado de quem ele dependa.

**Parágrafo único.** A responsabilidade pela comunicação do evento que faça cessar a dependência será do segurado, cabendo ao PREVICAP certificar e tomar as providências necessárias para excluir o dependente em situação indevida.

## TÍTULO III DOS DIREITOS DOS BENEFICIÁRIOS

### CAPÍTULO I DOS BENEFÍCIOS EM GERAL



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n.º. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

**Art. 13.** As prestações asseguradas pelo RPPS, preenchidos os requisitos legais, classificam-se nos seguintes benefícios:

I - quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
- c) aposentadoria compulsória;
- d) aposentadoria por idade;
- e) ~~auxílio doença;~~

(Revogada pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

f) ~~salário família;~~

(Revogada pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

g) ~~salário maternidade;~~

(Revogada pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

h) abono anual.

II - quanto ao dependente:

- a) pensão por morte;
- b) ~~auxílio reclusão;~~

(Revogada pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

c) abono anual.

## Seção I Da Aposentadoria por Invalidez

**Art. 14.** A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz de readaptação para o exercício de seu cargo e ser-lhe-á paga a partir da data do laudo médico-pericial que declarar a incapacidade e enquanto permanecer nessa condição.

§ 1º Os proventos da aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave contagiosa ou incurável.

§ 2º Os proventos não poderão ser inferiores a 70% do valor calculado na forma estabelecida no art. 40 desta Lei.

§ 3º Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 4º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n°. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
- c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
- d) ato de pessoa privada do uso da razão; e
- e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo; e

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

- a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
- b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e
- d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 5º Nos períodos destinados à refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 6º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o parágrafo primeiro, as seguintes:

- a) Tuberculose ativa;
- b) Hanseníase;
- c) Alienação mental;
- d) Neoplasia maligna;
- e) Cegueira;
- f) Paralisia irreversível e incapacitante;
- g) Cardiopatia grave;
- h) Doença de Parkinson;
- i) Espondilartrose anquilosante;
- j) Nefropatia grave;
- k) Estado avançado de doenças de Paget (osteíte deformante);
- l) Síndrome da deficiência imunológica adquirida – AIDS;
- m) Contaminação por radiação;
- n) Outras doenças que a Lei Federal venha a indicar ou que o órgão da Biometria Médica através de pronunciamento circunstanciado e com base em conclusões da medicina especializada declarar como graves, contagiosas ou incuráveis.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n.º. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

§ 7º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial do órgão competente.

§ 8º O pagamento do benefício por invalidez decorrente de alienação mental somente será pago ao respectivo curador do segurado, nos termos do Código Civil.

**Art. 14-A.** O valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de vinte e cinco por cento.

(Incluído pela [Lei Municipal nº. 1.321, de 05 de novembro de 2015](#)).

§ 1º Para ter direito ao referido benefício o aposentado deverá fazer requerimento ao PREVICAP e será submetido à perícia médica e estudo social, para fins de comprovação da necessidade.

(Incluído pela [Lei Municipal nº. 1.321, de 05 de novembro de 2015](#)).

§ 2º O acréscimo de que trata este artigo cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.

(Incluído pela [Lei Municipal nº. 1.321, de 05 de novembro de 2015](#)).

## Seção II Da Aposentadoria Compulsória

**Art. 15.** O segurado será aposentado aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição calculados na forma estabelecida no art. 40, não podendo ser inferiores ao valor do salário mínimo.

**Parágrafo único.** A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço público.

## Seção III Da Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição

**Art. 16.** O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos calculados na forma prevista no art. 40, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

**I** - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital e municipal;

**II** - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

**III** - sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de tempo de contribuição, se mulher.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n.º. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

§ 1º Os requisitos de idade e tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 2º Para os fins do parágrafo anterior considera-se função de magistério a definida na [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional](#).

## Seção IV Da Aposentadoria por Idade

**Art. 17.** O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma prevista no art. 40 desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital e municipal;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.

## Seção V Do Auxílio-Doença

(Revogada pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~**Art. 18.** O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho por mais de quinze dias consecutivos e consistirá no valor de seu último subsídio ou de sua última remuneração.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~§ 1º Será concedido auxílio-doença, a pedido ou de ofício, com base em inspeção médica.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~§ 2º Findo o prazo do benefício, o segurado será submetido a nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~§ 3º Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do segurado por motivo de doença, é responsabilidade do Município o pagamento da sua remuneração.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~§ 4º Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro dos sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o Município desobrigado do pagamento relativo aos primeiros quinze dias.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n°. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

~~§ 5º O segurado em gozo de auxílio doença, insusceptível de readaptação para exercício do seu cargo deverá ser aposentado por invalidez.~~

~~(Revogado pela [Lei Complementar Municipal nº. 036, de 28 de julho de 2020](#))~~

## ~~Seção VI~~

### ~~Do Salário-Maternidade~~

~~(Ver Seção VIII da [Lei Complementar Municipal nº. 007, de 1º de janeiro de 2015](#))~~

~~(Revogada pela [Lei Complementar Municipal nº. 036, de 28 de julho de 2020](#))~~

~~Art. 19. Será devido salário maternidade à segurada gestante, por cento e vinte dias consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste.~~

~~(Revogado pela [Lei Complementar Municipal nº. 036, de 28 de julho de 2020](#))~~

~~§ 1º Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados em mais duas semanas, mediante inspeção médica.~~

~~(Revogado pela [Lei Complementar Municipal nº. 036, de 28 de julho de 2020](#))~~

~~§ 2º O salário maternidade consistirá numa renda mensal igual ao último subsídio ou à última remuneração da segurada.~~

~~(Revogado pela [Lei Complementar Municipal nº. 036, de 28 de julho de 2020](#))~~

~~§ 3º Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário maternidade correspondente a duas semanas.~~

~~(Revogado pela [Lei Complementar Municipal nº. 036, de 28 de julho de 2020](#))~~

~~§ 4º O salário maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.~~

~~(Revogado pela [Lei Complementar Municipal nº. 036, de 28 de julho de 2020](#))~~

~~Art. 20. À segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário maternidade pelos seguintes períodos:~~

~~(Revogado pela [Lei Complementar Municipal nº. 036, de 28 de julho de 2020](#))~~

~~I – 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade;~~

~~II – 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade; e~~

~~III – 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade).~~

~~(Revogado pela [Lei Complementar Municipal nº. 036, de 28 de julho de 2020](#))~~

## ~~Seção VII~~

### ~~Do Salário-Família~~

~~(Revogada pela [Lei Complementar Municipal nº. 036, de 28 de julho de 2020](#))~~

~~Art. 21. Será devido o salário família, mensalmente, ao segurado ativo de baixa renda que receba remuneração ou subsídio igual ou inferior ao valor estabelecido pelo RGPS, na proporção do número de filhos ou equiparados até quatorze anos de idade ou inválido.~~

~~(Revogado pela [Lei Complementar Municipal nº. 036, de 28 de julho de 2020](#))~~



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n°. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

~~§ 1º O valor do salário família será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~§ 2º O aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou 60 (sessenta) anos ou mais, se do sexo feminino, terão direito ao salário família, pago juntamente com a aposentadoria.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~Art. 22. Quando pai e mãe forem segurados do RPPS, ambos terão direito ao salário família.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~Parágrafo único. Em caso de divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda do pátrio poder, o salário família passará a ser pago diretamente àquele a cujo cargo ficar o sustento do menor.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~Art. 23. O pagamento do salário família está condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~Art. 24. O salário família não se incorporará ao subsídio, à remuneração ou ao benefício para qualquer efeito.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

## Seção VIII Da Pensão por Morte

**Art. 25.** A pensão por morte consistirá numa importância mensal conferida ao conjunto dos dependentes do segurado, definidos nos arts. 8º e 9º, quando do seu falecimento, correspondente à:

I - totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de setenta por cento da parcela excedente a este limite; ou

II - totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de setenta por cento da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.

§ 1º Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n°. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

~~II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

§ 2º A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

~~Art. 26. A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:~~

**Art. 26.** A pensão por morte será devida aos dependentes do servidor titular de cargo efetivo e dos aposentados do Município, suas autarquias e fundações, que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

(Redação dada pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~I - do dia do óbito;~~

I - do óbito, quando requerida até 30 (trinta) dias depois deste;

(Redação dada pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~II - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou~~

II - da decisão judicial, no caso de morte presumida ou declaração de ausência;

(Redação dada pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

III - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

IV - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso II.

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~Art. 27. A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.~~

**Art. 27.** A pensão será rateada entre todos os dependentes, na forma do artigo 29- A desta Lei, e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

(Redação dada pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

§ 1º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício mediante prova de dependência econômica.

~~§ 2º A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.~~

§ 2º A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação, podendo ser requerida a qualquer tempo.

(Redação dada pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~§ 3º O pensionista de que trata o § 1º do art. 25 deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao gestor do PREVICAP o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo ilícito.~~



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n.º. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

§ 3º O pensionista de que trata o § 1º do art. 25 deverá, anualmente, declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao gestor do PREVICAP o seu reaparecimento, se for o caso, sob pena de ser responsabilizado, administrativa, civil e criminalmente pelo ilícito.

(Redação dada pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~Art. 28. A cota da pensão será extinta:~~

**Art. 28.** As pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.

(Redação dada pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~I – pela morte;~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~II – para o pensionista menor de idade, ao completar vinte e um anos, salvo, se inválido, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~III – pela cessação da invalidez.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

§ 1º A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes, que podem extinguir ou reverter por motivo de morte de seus beneficiários, ou pelo decurso do prazo estabelecido nos §§ 2º e 3º deste artigo.

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

§ 2º A cota individual de pensão do cônjuge ou companheiro cessará em:

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

I - 3 (três) anos, se o pensionista tiver, na data do óbito do segurado menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

II - 6 (seis) anos, se o pensionista tiver, na data do óbito do segurado, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

III - 10 (dez) anos, se o pensionista tiver, na data do óbito do segurado, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

IV - 15 (quinze) anos, se o pensionista tiver, na data do óbito do segurado, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

V - 20 (vinte) anos, se o pensionista tiver, na data do óbito do segurado, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade.

§ 3º Independentemente da idade do pensionista, a cota individual de pensão do cônjuge ou companheiro cessará em 4 (quatro) meses, se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados há menos de 2 (dois) anos do óbito do segurado.

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n.º. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

~~Art. 29.~~ A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observado o disposto no art. 56.

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

**Art. 29-A.** A cota individual de pensão do cônjuge ou companheiro será vitalícia se o pensionista tiver, na data do óbito do segurado, com 44 (quarenta e quatro) anos de idade ou mais, observada a exceção do § 3º do art. 28.

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

§ 1º A pensão será concedida integralmente ao titular da pensão vitalícia, exceto se existirem beneficiários da pensão temporária.

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

§ 2º Ocorrendo habilitação de vários titulares à pensão vitalícia, o seu valor será distribuído em partes iguais entre os beneficiários habilitados.

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

§ 3º Ocorrendo habilitação às pensões vitalícia e temporária, metade do valor caberá ao titular ou titulares da pensão vitalícia, sendo a outra metade rateada em partes iguais, entre os titulares da pensão temporária.

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

§ 4º Será concedida pensão provisória quando judicialmente for declarada a ausência ou a morte presumida do servidor.

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

§ 5º A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

§ 6º Por morte ou perda da qualidade de beneficiário, a respectiva cota reverterá:

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

I - da pensão vitalícia para os remanescentes desta pensão ou para os titulares da pensão temporária, se não houver pensionista remanescente da pensão vitalícia;

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

II - da pensão temporária para os cobeneficiários ou, na falta destes, para o beneficiário da pensão vitalícia.

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

**Parágrafo único.** Ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulada de mais de uma pensão, exceto no caso de pensões decorrentes de cargos constitucionalmente acumuláveis.

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n°. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

~~**Art. 30.** Será admitido o recebimento, pelo dependente, de até duas pensões no âmbito do RPPS, exceto a pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira que só será permitida a percepção de uma, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.~~

~~(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))~~

~~**Parágrafo único.** Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.~~

~~(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))~~

**Art. 30-A.** A cota da pensão será extinta:

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

I - pela morte;

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

II - para o pensionista menor de idade, ao completar 21 (vinte e um anos), salvo, se inválido, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior;

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

III - pela cessação da invalidez.

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

**§ 1º** Perde o direito à pensão por morte o condenado, após o trânsito em julgado da sentença, pela prática de crime de que tenha dolosamente resultado a morte do servidor.

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

**§ 2º** Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, a simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou na formalização destes com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial.

(Incluído pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

**Art. 31.** A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência econômica.

**Parágrafo único.** A invalidez ou a alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão.

## **Seção IX**

### **Do Auxílio-Reclusão**

(Revogada pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~**Art. 32.** O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal, concedida aos dependentes do servidor segurado de baixa renda, recolhido à prisão que tenha remuneração ou subsídio igual ou inferior ao valor estabelecido pelo RGPS e que não perceber remuneração dos cofres públicos e corresponderá à última remuneração do segurado no cargo efetivo.~~

~~(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n°. 036, de 28 de julho de 2020](#))~~



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n.º. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

~~§ 1º O valor limite referido no *caput* será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~§ 2º O auxílio-reclusão será rateado em cotas partes iguais entre os dependentes do segurado.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~§ 3º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~§ 4º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~§ 5º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~I— documento que certifique o não pagamento do subsídio ou da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~II— certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~§ 6º Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao PREVICAP pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~§ 7º Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~§ 8º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.~~

(Revogado pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n.º. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

## CAPÍTULO II DO ABONO ANUAL

**Art. 33.** O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-maternidade ou auxílio-doença pagos pelo PREVICAP.

**Parágrafo único.** O abono de que trata o *caput* será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo PREVICAP, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quando o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

## CAPÍTULO III DAS REGRAS ESPECIAIS E DE TRANSIÇÃO

**Art. 34.** Ao segurado do RPPS que tiver ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo público efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 16 de dezembro de 1998, será facultada sua aposentadoria com proventos calculados de acordo com o art. 40 quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea “a” deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 17, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º O segurado professor que, até a data da publicação da [Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998](#), tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério na União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda, contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no §1º.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n°. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

§ 3º Às aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustadas de acordo com o disposto no art. 41.

**Art. 35.** Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 16, ou pelas regras estabelecidas pelo art. 34, o segurado do RPPS que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no §1º do art. 16, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

- I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;
- II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
- III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital e municipal;
- IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

§ 1º Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, observado o disposto no art. 37, XI, da [Constituição Federal](#), sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, na forma da lei, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

§ 2º As pensões decorrentes das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustadas na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social.

**Art. 36.** Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da [Constituição Federal](#) ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da [Emenda Constitucional nº 41, de 2003](#), o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

- I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
- II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;
- III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea “a”, da [Constituição Federal](#), de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

**Parágrafo único.** Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 38, observando-se igual critério de revisão às pensões



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n.º. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

**Art. 37.** É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, observando o disposto no inciso XI do art. 37 da [Constituição Federal](#).

**Parágrafo único.** Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes serão calculadas de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

**Art. 38.** Observado o disposto no art. 37, XI, da [Constituição Federal](#), os proventos de aposentadoria dos segurados do RPPS, em fruição em 31 de dezembro de 2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 37 desta Lei serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, na forma da lei, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

## CAPÍTULO IV DO ABONO DE PERMANÊNCIA

**Art. 39.** O segurado ativo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas nos arts. 16 e 34 e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contida no art. 15.

§ 1º O abono previsto no *caput* será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até a data de publicação da [Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003](#), tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente, como previsto no art. 37, desde que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos, se homem.

§ 2º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do Município e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício, mediante solicitação do segurado.

## CAPÍTULO V DAS REGRAS DE CÁLCULO DOS PROVENTOS E REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n°. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

**Art. 40.** No cálculo dos proventos de qualquer das aposentadorias referidas nos artigos 14, 15, 16, 17 e 34 será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações ou subsídios, utilizados como base para as contribuições dos servidores aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações ou subsídios considerados no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral da previdência social.

§ 2º A base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio.

§ 3º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público.

§ 4º Para fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º deste artigo, não poderão ser:

- I - inferiores ao valor do salário-mínimo;
- II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS.

§ 5º Os proventos, calculados de acordo com o caput deste artigo, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

§ 6º Para o cálculo de proventos proporcionais ao tempo de contribuição, considerar-se-á a fração cujo numerador será o total desse tempo em anos civis e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária, com proventos integrais, no cargo considerado.

§ 7º Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto no § 6º serão considerados em número de dias.

**Art. 41.** Os benefícios de aposentadoria e pensão, de que tratam os artigos 14, 15, 16, 17 e 25 serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS, de acordo com a variação do INPC.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n.º. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

## DO CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

**Art. 42.** Constituem recursos do PREVICAP:

~~I – o produto da arrecadação referente às contribuições de caráter compulsório, dos servidores ativos de qualquer dos Poderes do Município, suas autarquias e fundações na razão de 11% (onze por cento) sobre a remuneração de contribuição;~~  
I – o produto da arrecadação referente às contribuições de caráter compulsório, dos servidores ativos de qualquer dos Poderes do Município, suas autarquias e fundações, na razão de 14% (quatorze por cento) sobre a remuneração de contribuição;

(Redação dada pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

~~II – o produto da arrecadação referente às contribuições dos aposentados e pensionistas de qualquer dos Poderes do Município, suas autarquias e fundações na razão de 11% (onze por cento), incidentes sobre a parcela dos benefícios que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS de que trata o art. 201 da [Constituição Federal](#);~~

II – o produto da arrecadação referente às contribuições dos aposentados e pensionistas de qualquer dos Poderes do Município, suas autarquias e fundações, na razão de 14% (quatorze por cento), incidentes sobre a parcela dos benefícios que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, de que trata o art. 201 da [Constituição da República](#);

(Redação dada pela [Lei Complementar Municipal n.º. 036, de 28 de julho de 2020](#))

III - o produto da arrecadação da contribuição normal do Município – Administração Direta, Indireta e Fundacional, de 19% (dezenove por cento) sobre o valor total da folha de pagamento dos servidores ativos;

IV - o produto da arrecadação dos segurados, previsto no art. 6º desta Lei, que será integral - parte patronal e parte do segurado, do respectivo salário-de-contribuição a que teria se estivesse no exercício do cargo;

V - o produto dos encargos de correção monetária e juros legais devidos pelo município, em decorrência de eventuais atrasos no recolhimento das contribuições;

VI - os rendimentos e juros decorrentes da aplicação do saldo de recursos do PREVICAP;

VII - aportes de capital que satisfaçam o disposto no inciso III do art. 6º da [Lei Federal n.º 9.717 de 17 de novembro de 1998](#);

VIII - valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201 da [Constituição Federal](#);

IX - o produto de arrecadação referente ao financiamento do passivo atuarial inicial; e

X - outros recursos que lhe sejam destinados.

§ 1º Constituem também fonte do plano de custeio do RPPS as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, II, III e IV incidentes sobre o abono anual, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n°. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

§ 2º A contribuição de que trata o inciso II deste artigo incidirá também sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas aos segurados e seus dependentes que tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios com base nos critérios da legislação vigente até 31 de dezembro de 2003.

§ 3º A contribuição prevista no inciso II deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS de que trata o art. 201 da Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante;

§ 4º Entende-se por remuneração de contribuição o valor constituído pelo subsídio ou o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual ou de outras vantagens, excluídas as seguintes parcelas:

- a) salário-família;
- b) diárias;
- c) ajuda de custo;
- d) indenização de transporte;
- e) adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- f) a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança;
- g) as parcelas remuneratórias pagas em decorrência do local de trabalho;
- h) auxílio-alimentação;
- i) auxílio-pré-escolar;
- j) adicional de férias;
- k) o abono de permanência de que trata o art. 39 desta Lei; e
- l) outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei.

§ 5º O segurado ativo poderá optar pela inclusão na remuneração de contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho e do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento nos benefícios de aposentadoria pela regra geral ou pelas regras especiais e de transição, desde que o valor do provento não exceda a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

§ 6º O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

§ 7º Para o segurado em regime de acumulação remunerada legal de cargos, será considerada, para fins do RPPS, o somatório da remuneração de contribuição referente a cada cargo.

§ 8º Os percentuais de contribuição previstos nos incisos I, II e III deste artigo serão avaliados atuarialmente, conforme dispõe a Legislação Federal e, quando necessário, alterados por Lei Municipal.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n.º. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

~~§ 9º O recolhimento das contribuições dos segurados obrigatórios e dos empregadores será efetuado ao PREVICAP até o 5º (quinto) dia após a data de pagamento da remuneração dos servidores municipais.~~

§ 9º - O recolhimento das contribuições previdenciárias patronais e funcionais ao PREVICAP deverá ocorrer até o último dia subsequente a competência a que se refere.

(Redação dada pela [Lei Municipal nº. 1.334, de 28 de novembro de 2016](#))

~~§ 10. O atraso no recolhimento das contribuições ao PREVICAP implicará em correção do valor com base nos mesmos índices e critérios utilizados para cobrança de impostos municipais em atrasos, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês.~~

§ 10. O não recolhimento das contribuições previdenciárias no prazo estabelecido no parágrafo anterior ensejará a atualização pelo ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA, acrescido de juros simples de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês acumulados desde a data de vencimento até a data do efetivo pagamento.

(Redação dada pela [Lei Municipal nº. 1.334, de 28 de novembro de 2016](#))

**Art. 43.** Os recursos do PREVICAP serão depositados em conta distinta da conta do Tesouro Municipal.

**Art. 44.** As disponibilidades do PREVICAP serão aplicadas em estabelecimento bancário, mediante operação que assegure, no mínimo, correção monetária do valor, respeitando o disposto no art. 6º da [Lei Federal nº 9.717, de 1998](#), e [Resolução de nº 3.506/2007 do Conselho Monetário Nacional](#), vedados empréstimos de qualquer natureza, inclusive ao próprio Município, a entidades da administração indireta e os respectivos segurados.

## TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO DO RPPS

### CAPÍTULO I DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

**Art. 45.** Fica criado o Conselho Municipal de Previdência, órgão superior de deliberação colegiada, com a seguinte composição:

I - dois representantes do Poder Executivo;

II - dois representantes dos segurados ativos; e

III - um representante dos inativos e pensionistas.

§ 1º Cada membro terá um suplente e serão nomeados pelo Prefeito, para um mandato de dois anos, admitida uma única recondução.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n.º. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

§ 2º Os representantes do Executivo será indicado pelo próprio poder e os representantes dos servidores, dos inativos e pensionistas, escolhidos entre seus pares, pelos sindicatos ou associações correspondentes, ou na falta destes, por escolha de seus representantes.

~~§ 3º Entre os membros será escolhido o Presidente, eleito pelos seus pares.~~

~~§ 3º A indicação do Presidente do Conselho Municipal de Previdência será pelo Prefeito Municipal.~~

(Redação dada pela [Lei Municipal nº. 1.196, de 10 de junho de 2010](#))

~~§ 3º A indicação do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Caparaó – PREVICAP será pelo Prefeito Municipal.~~

(Redação dada pela [Lei Municipal nº. 1.228, de 25 de outubro de 2011](#))

§ 3º A escolha do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Caparaó – PREVICAP será realizada pelos servidores efetivos, em assembleia geral convocada para este fim, ficando eleito o servidor que obtiver a maioria dos votos presente.

(Redação dada pela [Lei Municipal nº. 1.250, de 06 de novembro de 2012](#))

a) o presidente eleito terá como mandato o período de 01/01/2013 a 31/12/2016.

(Incluída pela [Lei Municipal nº. 1.250, de 06 de novembro de 2012](#))

b) poderá ser convocada nova assembleia para eleição de novo presidente neste período caso o presidente eleito ocorra em irregularidades comprovadas, de acordo com a legislação vigente, ou apurada em auditoria.

(Incluída pela [Lei Municipal nº. 1.250, de 06 de novembro de 2012](#))

§ 4º Os membros do CMP serão escolhidos dentre os filiados ao RPPS.

§ 5º Os membros do Conselho não serão destituíveis *ad nutum*, somente podendo ser afastados de suas funções depois de julgados em processo administrativo, culpados por falta grave ou infração punível com demissão, ou em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em três reuniões consecutivas ou em quatro intercaladas no mesmo ano.

~~§ 6º A título de remuneração, o Presidente do Conselho Municipal de Previdência receberá 1 (um) salário mínimo mensal.~~

(Incluído pela [Lei Municipal nº. 1.196, de 10 de junho de 2010](#))

§ 6º A título de bonificação, o Presidente do Previcap, receberá mensalmente a importância de R\$ 1.240,00 (um mil duzentos e quarenta reais), reajustável de acordo com os índices concedidos aos servidores públicos municipais;

(Redação dada pela [Lei Municipal nº. 1.228, de 25 de outubro de 2011](#))

(Ver art. 15 da [Lei Municipal nº. 1.257, de 26 de março de 2013](#))

~~§ 7º O Diretor Administrativo e Financeiro 50% (cinquenta por cento) do valor do presidente;~~

(Incluído pela [Lei Municipal nº. 1.228, de 25 de outubro de 2011](#))

§ 7º Os cargos de Diretor Administrativo e Diretor Financeiro farão jus a 50% (cinquenta por cento) do valor do Presidente cada, sendo os mesmos indicados pelo Presidente do Instituto.

(Redação dada pela [Lei Municipal nº. 1.250, de 06 de novembro de 2012](#))



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n°. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

§ 8º Os membros do conselho receberão 10% do valor recebido pelo Presidente, por reunião, não podendo receber mais uma parcela por mês.

(Incluído pela [Lei Municipal nº. 1.228, de 25 de outubro de 2011](#))

I – o membro que faltar quaisquer das reuniões, não fará jus à bonificação, salvo se justificada e estar ser acatada pelos Conselho.

(Incluído pela [Lei Municipal nº. 1.228, de 25 de outubro de 2011](#))

## CAPÍTULO II

### DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

**Art. 46.** O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, em sessões mensais e, extraordinariamente, quando convocado por, pelo menos, três de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias.

**Parágrafo único.** Das reuniões do Conselho, serão lavradas atas em livro próprio.

**Art. 47.** As decisões do Conselho serão tomadas por maioria, exigido o *quórum* de quatro membros.

**Art. 48.** Incumbirá à Secretaria Municipal de Administração, proporcionar ao Conselho de Previdência Social os meios necessários ao exercício de suas competências.

## CAPÍTULO III

### DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

**Art. 49.** Compete ao Conselho:

I - estabelecer e normatizar as diretrizes gerais do RPPS;

II - apreciar e aprovar a proposta orçamentária do RPPS;

III - organizar e definir a estrutura administrativa, financeira e técnica do PREVICAP;

IV - conceber, acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do RPPS;

V - examinar e emitir parecer conclusivo sobre propostas de alteração da política previdenciária do Município;

VI - autorizar a contratação de empresas especializadas para a realização de auditorias contábeis e estudos atuariais ou financeiros;

VII - autorizar a alienação de bens imóveis pelo PREVICAP e o gravame daqueles já integrantes de seu patrimônio;

VIII - aprovar a contratação de agentes financeiros, bem como a celebração de contratos, convênios e ajustes pelo PREVICAP;

IX - deliberar sobre a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n°. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

X - adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do PREVICAP;

XI - acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao RPPS;

XII - apreciar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas;

XIII - solicitar a elaboração de estudos e pareceres técnicos relativos a aspectos atuariais, jurídicos, financeiros e organizacionais relativos a assuntos de sua competência;

XIV - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao RPPS, nas matérias de sua competência; e

XV - deliberar sobre os casos omissos no âmbito das regras aplicáveis ao RPPS.

## TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

### CAPÍTULO I DOS BENEFÍCIOS

**Art. 50.** É vedada a inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão ou do abono de permanência de que trata o art. 39.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* não se aplica às parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão que tiverem integrado a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com proventos calculados conforme art. 40, respeitado, em qualquer hipótese, o limite previsto no § 5º do citado artigo.

**Art. 51.** Ressalvado o disposto nos artigos 14 e 15, a aposentadoria vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

**Art. 52.** A vedação prevista no § 10 do art. 37, da [Constituição Federal](#), não se aplica aos membros do poder e aos inativos, servidores e militares, que, até 16 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na [Constituição Federal](#), sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da [Constituição Federal](#), aplicando-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11, deste mesmo artigo.

**Parágrafo único.** Enquanto não editada a lei a que se refere o § 11 do art. 37 da [Constituição Federal](#), não será computada, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do *caput* do mesmo artigo, qualquer parcela de caráter indenizatório, assim definida pela legislação em vigor na data de publicação da [Emenda Constitucional nº 41, de 2003](#).

**Art. 53.** Para fins de concessão de aposentadoria pelo RPPS é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n.º. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

**Art. 54.** Será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao RGPS.

**Art. 55.** Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do RPPS.

**Art. 56.** Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo RPPS, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do [Código Civil](#).

**Art. 57.** O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido, independentemente da sua idade deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se anualmente a exame médico a cargo do órgão competente.

**Art. 58.** Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei será pago diretamente ao beneficiário.

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:

- I - ausência, na forma da lei civil;
- II - moléstia contagiosa; ou
- III - impossibilidade de locomoção.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico não exceda de seis meses, renováveis.

§ 3º O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus dependentes habilitados à pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da lei.

**Art. 59.** Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

- I - a contribuição prevista no inciso I e II do art. 42;
- II - o valor devido pelo beneficiário ao Município;
- III - o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo RPPS;
- IV - o imposto de renda retido na fonte;
- V - a pensão de alimentos prevista em decisão judicial; e
- VI - as contribuições associativas ou sindicais autorizadas pelos beneficiários.

**Art. 60.** Salvo em caso de divisão entre aqueles que a ele fizerem jus e na hipótese dos arts. 21 a 24, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valor inferior a um salário-mínimo.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n°. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

**Art. 61.** Concedida à aposentadoria ou a pensão, será o ato publicado e encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas.

**Parágrafo único.** Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas às medidas jurídicas pertinentes.

**Art. 62.** É vedada a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação, para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei com a União, Estado, Distrito Federal ou outro Município.

## CAPÍTULO II DOS DEMONSTRATIVOS E COMPROVANTES DE REPASSES

**Art. 63.** A escrituração contábil do PREVICAP será realizada de acordo com o Plano de Contas definido por norma específica do MPS.

**Art. 64.** O Município encaminhará ao Ministério da Previdência Social (MPS), por via eletrônica, no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores – Internet os seguintes documentos:

- I – Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA);
- II – Demonstrativo Previdenciário;
- III – Demonstrativo de Investimentos e Disponibilidades Financeiras;
- IV – Comprovante do Repasse e Recolhimento ao PREVICAP dos valores decorrentes das contribuições, aportes de recursos e débitos de parcelamento, se for o caso;
- V – Demonstrativos Contábeis; e
- VI – Demonstrativo da Política de Investimentos.

§ 1º O DRAA será preenchido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial, mediante autorização expressa do dirigente do PREVICAP, até o dia 31 de março de cada exercício.

§ 2º Os demonstrativos de que tratam os incisos II, III e IV deverão ser preenchidos eletronicamente até o último dia do mês seguinte ao encerramento de cada bimestre do ano civil.

§ 3º Os comprovantes de repasses deverão, ainda, ser encaminhados à Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPS) devidamente assinado pelo representante do ente e pelo dirigente da unidade gestora, via postal, ou via correio eletrônico.

§ 4º Os Demonstrativos Contábeis serão encaminhados à SPS até 31 de março do ano subsequente, em relação ao segundo semestre do exercício anterior e, até 30 de setembro, em relação ao primeiro semestre do mesmo exercício.

§ 5º O Demonstrativo da Política de Investimentos deverá ser entregue até 31 de dezembro de cada exercício, em relação ao exercício seguinte.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n.º. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

## CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 65.** A autoridade administrativa ou o servidor que, no exercício de suas funções, deixar de efetuar os recolhimentos ao PREVICAP, incorrerá, respectivamente, em crime de responsabilidade pelo descumprimento de lei, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou criminal cabíveis.

**Art. 66.** O orçamento e a escrituração contábil do PREVICAP integrarão o orçamento do Município de Caparaó bem como a prestação de contas anual, e obedecerão aos princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.

**Art. 67.** Dentro de até trinta dias do encerramento do exercício, o PREVICAP remeterá ao órgão central de contabilidade do Município a prestação de contas do exercício, para fins de aprovação de incorporação dos resultados e compor a prestação de contas do Município que deverá ser entregue ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal.

**Art. 68.** O Poder Executivo expedirá os atos regulamentares necessários à plena execução desta Lei, inclusive os regulamentos sobre os Conselhos nela previstos e os publicará no Jornal do Município.

**Art. 69.** O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao órgão gestor no PREVICAP relação nominal dos segurados e dependentes, valores de subsídios, remunerações e contribuições respectivas.

**Art. 70.** O Município poderá, por lei específica de iniciativa do respectivo Poder Executivo, instituir regime de previdência complementar para os seus servidores titulares de cargo efetivo, observado o disposto no art. 202 da [Constituição Federal](#), no que couber, por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerá aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§ 1º Somente após a aprovação da lei de que trata o *caput*, o município poderá fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo RPPS, o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS de que trata o art. 201 da [Constituição Federal](#).

§ 2º Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto neste artigo poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

**Art. 71.** As alíquotas contributivas fixadas no art. 42, incisos I, II e III somente passarão a vigor a partir do primeiro dia do mês subsequente ao nonagésimo dia da publicação desta Lei, consoante determina o § 6º do art. 195 da [Constituição Federal](#).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Avenida Américo Vespúcio de Carvalho, n°. 120 – Centro

CNPJ: 18.114.249/0001-93 – CEP 36.834-000

e-mail: [gabinete@caparao.mg.gov.br](mailto:gabinete@caparao.mg.gov.br) - Tel: (32) 3747-1286

[www.caparao.mg.gov.br](http://www.caparao.mg.gov.br)

**Parágrafo único.** Até que entrem em vigor as alíquotas de que trata o *caput*, serão mantidas as alíquotas definidas nos incisos e alíneas do artigo 78 da Lei n° 1.013, de 06 de novembro de 2001.

**Art. 72.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n° 1.013, de 06 de novembro de 2001 e demais disposições em contrário.

Caparaó, 17 de agosto de 2009.

**DALMO DE SOUZA MIRANDA**

Prefeito Municipal

Este texto não substitui o publicado na IOM, conforme Art. 104, *caput*, da Lei Orgânica do Município de Caparaó.